



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



31

Discurso na cerimônia de abertura da 33^a Convenção Nacional de Supermercados e Feira Internacional de Produtos, Serviços, Equipamentos e Tecnologia para Supermercados

RIO DE JANEIRO, RJ, 13 DE SETEMBRO DE 1999

Senhora Governadora em exercício do Rio de Janeiro, minha querida amiga Benedita da Silva; Senhores Governadores Mário Covas, Marconi Perillo, Garibaldi Alves Filho, Joaquim Roriz; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhores Parlamentares; Senhor Prefeito do Rio de Janeiro, Luís Paulo Conde; Senhor Presidente da Associação Brasileira de Supermercados, José Humberto Pires de Araújo; Senhores Presidentes das Associações Estaduais Supermercadistas; Senhores e Senhoras supermercadistas, fornecedores; Senhoras e Senhores; meu caro amigo Herbert Levy; enfim, tantas e tão gratas pessoas aqui, ao redor desta mesa, e esta platéia tão numerosa,

Eu devia uma presença aqui na abertura desta Convenção da Abras há algum tempo. Hoje, ela se reveste, para mim, de um caráter importante, motivador e simbólico. Como salientou o Governador Mário Covas, com a sua conhecida sensibilidade e capacidade de expressão, foi através da ação direta, decidida, de um conjunto muito grande de supermercadistas, assim como de outros setores da sociedade brasileira, que pudemos, pela segunda vez, conter a inflação no Brasil.

A primeira, de que todos estão recordados, foi em março de 94, quando, através de um mecanismo extremamente complexo, que era a URV–Unidade Real de Valor, se propôs ao Brasil uma guerra santa contra o mais injusto dos impostos, que é a inflação, o imposto que corroía o bolso dos mais pobres.

Naquela altura, a sociedade entendeu um processo difícil e se convenceu da sua viabilidade. E, a despeito de todas as descrenças que vinham de dezenas de anos, a sociedade e o povo brasileiro venceram uma luta tenaz contra a inflação. Os resultados aí estão. Se cotejarmos o valor da cesta básica com o valor do salário mínimo – que são os dados mais simples, diretos e que afetam, realmente, os mais pobres, no Brasil –, veremos que, de julho do ano passado a agosto deste ano, houve um aumento em termos reais do salário mínimo de mais do dobro. E a cesta básica caiu significativamente também nesse mesmo período à sua metade.

Esses dados são diretos, são simples, não precisam de muita sofisticação metodológica nem de formação econômica para serem entendidos. Para entender o porquê, foi possível incorporar ao mercado de consumo – os números são variáveis – cerca de 11 milhões de brasileiros, 11 milhões de pessoas. Talvez tenha sido o maior movimento de redução, se não digo da pobreza, da miséria no Brasil. Uma incorporação de camadas expressivas da população que estavam totalmente incapacitadas, por causa da inflação, de fazer as suas compras mínimas, e que passaram a fazê-las. Os dados que a Abras demonstrou, no decorrer desses anos todos, de expansão, são o resultado dessa política de estabilidade.

Agora, novamente, tivemos que lutar, tenazmente, para manter esse valor. A estabilidade não é um valor ideológico. É o bolso do povo que precisa da estabilidade. Novamente, fizemos o possível e o impossível, e conseguimos vencer, pela segunda vez, a ameaça da inflação. Fomos encontrar força na compreensão dos consumidores e na ação enérgica dos supermercadistas e de outros setores da atividade econômica brasileira que se recusaram a servir de ponte para as especulações descabidas.

Quanta gente – porque o dólar sofreu uma valorização – quis transferir essa valorização para o conjunto dos preços sem que houvesse qualquer razão para isso.

Nós importamos 50 bilhões de dólares em produtos. E produzimos 1 trilhão de reais em produtos. Como é possível que – em função de uma importação que é, digamos, uma fração pequena do produto nacional, em função do aumento do preço nesse período dessa porção importada, por causa da desvalorização – se generalizasse para o conjunto aquilo que não tem efeito direto em função da desvalorização?

Foi a reação dos produtores, dos supermercadistas, do consumidor que permitiu que o Brasil desse – e digo isso com tranquilidade porque é verdade – uma lição ao mundo contemporâneo. Sofremos uma desvalorização da moeda entre 35% e 40%, e a inflação, pelos índices de consumidor, não vai ultrapassar os 7% este ano. Quero recordar que quando fui Ministro da Fazenda, em 1993/94, tínhamos uma inflação de 20% ao mês. Logo em seguida, ela chegou a 40% ao mês. Portanto, 7% eram menos de uma semana de inflação.

Hoje, num momento de grande dificuldade, grande luta, conseguimos reverter a ameaça inflacionária. A inflação está sob controle. Inflação sob controle quer dizer o povo mais pobre podendo consumir. Quer dizer: não corrói o salário do mais pobre.

Agradeço, portanto, o esforço que os Senhores e as Senhoras fizeram. Minha presença aqui tem esse sentido, senhor Presidente, de dizer muito obrigado por terem lutado pelo Brasil.

Mas se é verdade que estabilidade é um valor, porque ele se traduz em bem-estar para o povo – não é porque ele se traduz em bem-estar para os que mais ganham, mas se traduz em bem-estar para o povo –, é verdade também que essa estabilidade teve seu custo. O Doutor Herbert Levy mencionou alguns desses custos aqui. Teve seu custo e é preciso que se produza um conjunto de ações de governo e da sociedade para que esse custo seja minimizado.

Se quisermos, como quero, como todos os brasileiros e as brasileiras queremos, seguir adiante num processo de transformação do Brasil que não seja penoso para a maioria do seu povo, mas seja alvissareiro e permita um horizonte de confiança, precisamos mudar também um conjunto de práticas que foram necessárias, num dado instante, para

garantir a estabilidade, mas agora precisam ser substituídas por outras práticas que levem ao desenvolvimento com estabilidade.

As mudanças que estão sendo produzidas no decorrer deste ano pelo Governo Federal e que têm incidência sobre a política econômica são claras. E dentre essas mudanças, não só a consequência imediata da mudança cambial, que levou uma possibilidade de expansão do setor exportador, que vai se verificar no correr do tempo, porque o *quantum* das exportações já está aumentando. E não fossem os preços das *commodities* terem caído, já teríamos resultados palpáveis na nossa balança comercial.

Além disso, a mudança na política cambial permitiu, também, uma política claramente de juros declinantes. As taxas de juros do Banco Central, hoje, são de 19,5%. Se contarmos uma inflação de 7%, que é do consumidor, para não falar de inflação nos preços do atacado, vamos ter, efetivamente, juro real que se aproxima daquilo que é o limite constitucional dos 12%. Na verdade, já estamos nesse limite constitucional. Mas não nos conformamos com ele. Queremos mais. Queremos seguir, efetivamente, uma trajetória declinante, para que possamos ter as taxas de crescimento que todos almejamos. Vamos tê-las, se mantivermos firme o caminho da transformação do Brasil.

No programa aqui já referido, o Avança Brasil, estamos propondo ao País um conjunto grande de transformações na área social, na área de infra-estrutura, na incorporação de novos espaços, notadamente no Centro-Oeste e na Amazônia brasileira, na vitalização e na revitalização das bases da nossa economia. Nesse programa, incluímos não apenas uma taxa média de juros nominais para o ano que vem de 13,5%, propõendo uma taxa de inflação de, no máximo, 6%, como asseguramos que, nessas condições, teremos um piso de crescimento econômico de 4% ao ano, para que nos preparemos para nos outros anos ultrapassarmos os 5%, que são a condição necessária para o Brasil respirar mais seguro, mais confiante e mais feliz. Vamos avançar nesse caminho.

Essas transformações, a manutenção da estabilidade, o custo da estabilidade estão diretamente ligados com alguma coisa também mencionada aqui, notadamente pelo Doutor José Humberto Pires de Araújo.

Por que foi necessário manter taxas de juros elevadas para garantir a estabilidade? Porque não tivemos a capacidade política de convencer o Congresso Nacional e a sociedade brasileira de que as reformas não são uma exigência externa, não são uma implicância do Presidente da República. São as condições necessárias para o Brasil crescer com prosperidade e com inflação baixa. Sem reforma, o custo da estabilidade é muito alto.

A reforma não é uma palavra vazia, não é uma pregação oca de uma pessoa ou de um conjunto de pessoas. É uma necessidade objetiva. E lhes digo porquê, com muita simplicidade. Basta tomar um dado: a reforma da Previdência. Nos primeiros meses do meu governo, no mandato anterior, reuni todas as bancadas dos partidos que me apoiavam – tentei os outros também – para mostrar os dados. Enviamos ao Congresso Nacional uma proposta de reforma da Previdência. Isso há quatro anos. Essa proposta só foi aprovada no começo deste ano. Foi aprovada timidamente, porque não houve a compreensão no Congresso Nacional da importância de certas medidas, como, por exemplo, estender o número de anos que a pessoa trabalha para que possa gozar de uma aposentadoria que não seja onerosa para os mais pobres e para o conjunto da sociedade. Aprovamos essa reforma.

Temos outras propostas encaminhadas ao Congresso. Vou lhes dar um número simples para mostrar por que isso é essencial se quisermos estabilidade com juros baixos, o povo melhor e o desenvolvimento crescente. Quando se olham os números do Orçamento da República deste ano de 99, vamos ver que no INSS temos um déficit de 9,5 bilhões de reais. Ou seja, estamos pagando aposentadorias e benefícios da ordem de 58 bilhões de reais – bilhões de reais. Devo dizer que a área social que mais gasta no Brasil, que é a saúde, não chega a 20 bilhões. E a educação vai um pouco além de 11 bilhões. Portanto, o déficit da Previdência Social equivale a todo o gasto de educação. Nós arrecadamos 48 bilhões, mais ou menos, e pagamos 58 bilhões. Paga-se em aposentadorias cinco vezes e meia mais do que se gasta com educação. E é justo que se pague. Os brasileiros trabalharam, têm que se aposentar. Uma parte dessa aposentadoria é transferência direta de renda, renda mínima, para aqueles setores que estão

nas áreas rurais, que não contribuíram. Mas eles têm o direito, precisam ser apoiados. Ninguém discute isso.

Mas quando se examina a composição do gasto da Previdência, vai-se ver que a imensa maioria dos mais pobres, dos que ganham até um salário mínimo, senão em sua totalidade, se aposentam por idade e não por tempo de contribuição. Quem se aposenta por tempo de contribuição são, precisamente, os que mais ganham. Esses são os que se aposentam cedo, com o tempo de contribuição. E o déficit é produzido porque os que se aposentam cedo não pagaram o suficiente para garantir a continuidade da sua aposentadoria. Portanto, os mais pobres vão pagar a aposentadoria dos mais ricos. E isso não é justo. Não é justo.

É por justiça que se clama. Não é apenas por questão de equilíbrio orçamentário. Mais 10 bilhões, mais ou menos, 9,5 bilhões de reais são o déficit, neste ano, da Previdência Social.

E as aposentadorias dos servidores públicos? Aí nós temos um déficit de, mais ou menos, 19 bilhões de reais. Os gastos totais com aposentadorias e pensões do setor público federal são da ordem de 22 bilhões e meio de reais. A contribuição de todos os funcionários é da ordem de 3 bilhões e pouco de reais. A sociedade paga a diferença dos 28 bilhões de reais, que é o que custa o conjunto dessas aposentadorias. Esse dinheiro vem de todo o País, dos mais pobres aos mais ricos, vem dos que consomem, dos impostos indiretos, para pagar as pensões e aposentadorias de três milhões de pessoas. É justo isso?

Somemos os déficits dessas duas Previdências. Quanto dá? Nove e meio com 19 bilhões dão 28 bilhões de reais. Vamos chegar a quase 30 bilhões de reais. Trinta bilhões de reais correspondem quase a todo o gasto do Governo Federal com educação, saúde, transporte, Forças Armadas e agricultura. Isso é o déficit da Previdência, do conjunto da Previdência.

Se eu somar a isso o que acontece nos estados e municípios, posso, tranquilamente, somar mais 15 bilhões. São 45 bilhões de reais. Esses 45 bilhões, nós vamos, todo ano, aos bancos, aos banqueiros pedir emprestado. É por isso que o juro é alto. Tiramos o dinheiro da sociedade, através dos bancos, pedimos emprestado esse dinheiro para garantir a continuidade da rolagem da dívida do Governo Federal e dos governos estaduais.

Se somarmos os juros que se pagam, não são menos de 50, 60 bilhões de reais. É o custo da falta de coragem nossa de fazermos uma reforma correta na Previdência Social. Cabe isso? Cabe que eu tenha que pedir, todas as vezes que falo ao Congresso Nacional, que vote? E que ainda ouça que é difícil? Meu Deus, será que nós estamos tirando o direito desse ou daquele? Não estamos querendo tirar direito de ninguém. Queremos dar direito aos brasileiros de terem uma vida melhor, de não terem juros altos, de terem trabalho, de terem a possibilidade de um país que cresce e se desenvolve. Mas, para isso, é preciso que a sociedade inteira entenda o esforço que estamos fazendo.

Dei o exemplo só desta reforma, a da Previdência. As outras têm o mesmo alcance, como a reforma tributária. Cabe que se leve quatro, cinco anos pedindo que se faça o óbvio? Não cabe mais. Cabe agora pressa. O País não agüenta mais a indecisão. E a indecisão não é do Presidente da República. A indecisão é de quem posterga, de quem não vota, de quem adia, de quem não aparece, não comparece, de quem tem medo de votar. A indecisão é daqueles que não têm a coragem de dizer ao povo as razões pelas quais não votam e que usam artifícios para fingir que estamos tirando direitos sociais, quando estamos querendo acabar com abusos e privilégios.

Eu seria o último dos brasileiros a não dizer que é necessário que haja uma aposentadoria digna para quem trabalha, que é preciso haver uma transferência de renda, através do Funrural, que é preciso que se garantam condições melhores de vida para os nossos patrícios todos. Mas nós não podemos ficar cegos às evidências que aí estão. A Previdência não se trata de reforma constitucional, trata-se, simplesmente, de um pedido para que possamos estabilizar o déficit da Previdência a partir do ano 2002.

Com isso, Doutor Herbert Levy, a taxa de juros cai, porque caem as previsões catastróficas de que o Governo ficará insolvível por não ter condições de pagar a dívida interna. Não será suficiente. O Banco Central tem que agir, com mais energia ainda, para cortar mais as taxas de juros. Tem que examinar profundamente o porquê. Porque se nós baixamos, no Banco Central, a taxa de juros, ela não alcança a ponta, não

chega àquele que vai fazer o seu empréstimo nos bancos e nas financeiras. Estamos trabalhando com energia nessa direção.

Então se venho hoje aqui à Abras falar, agradecer o esforço que estão fazendo, vim também dizer que vou continuar na luta. Tenho muita confiança no Brasil e vamos vencer. E vencer não é apenas ter a inflação controlada. Vencer é voltar a crescer com energia, é ter, de novo, a certeza de que vamos expandir mais, como disse a Governadora Benedita da Silva, que, com muita clarividência, mostrou a necessidade de um entendimento mais amplo, nacional, nas questões que são importantes.

Como disse a Governadora em exercício: que este carrinho de supermercado esteja cheio de alimentos, que os alimentos sejam baratos e o povo tenha acesso a esses alimentos. E que o povo tenha acesso aos alimentos porque ele vai ter um posto de trabalho digno. E para que ele possa ter um posto de trabalho digno – por isso está aqui o Ministro Paulo Renato de Souza, firmando convênios –, é preciso que levemos adiante a qualificação e a educação desse povo para que ele possa, efetivamente, ocupar seu espaço no mercado de trabalho.

Quero lhes dizer, com toda sinceridade e franqueza, que assim como tenho energia suficiente para seguir pedindo ao Congresso, as forças políticas têm respondido aos pedidos do Presidente. Por isso, peço com mais energia agora, de novo, que votemos com urgência o que lá está, para que façamos o que falta, que não é tanto, das reformas para assegurar uma estabilidade mais permanente. A estabilidade para este ano, para o ano que vem, até o ano 2002, vamos assegurar com as medidas que já tomamos. Mas o Brasil é mais do que um mandato. O Brasil é um futuro de gerações. As reformas não são para mim, não são para este governo, são para este país.

Além desse compromisso, agora vocacionado claramente na retomada do crescimento em bases sólidas, estáveis, temos que transformar a sociedade. E não há instrumento mais efetivo de transformação da sociedade do que a educação. É compromisso firme, meu, levar adiante as metas que foram apresentadas pelo Ministro Paulo Renato na questão da educação no Brasil.

Nós, hoje, temos nas escolas primárias 96% dos nossos estudantes em idade escolar. No ano de 94, tínhamos 89%. Nós nos propomos a ter, no ano 2003, todas as crianças em idade escolar na escola. Pelo menos, haverá vaga para que toda criança vá à escola. Toda. Um país como o Brasil não pode se conformar em ver as crianças sem ter o atendimento na escola.

Hoje, temos um programa, que vem de longe, que ampliamos e aperfeiçoamos. Hoje, ele é todo municipalizado: é a merenda escolar, que todos os dias dá alimentação a 37 milhões de crianças. É o maior programa alimentar do mundo e o Brasil não sabe. Trinta e sete milhões de refeições diárias, que são feitas através dos municípios, que são feitas através de verbas descentralizadas do Governo Federal, que passam pelos estados, que vão para os municípios e dão comida às crianças. É preciso continuar com esses programas.

Conseguimos fazer com que a escola secundária, no Brasil, tivesse um crescimento sem paralelo nos últimos quatro anos. Houve um aumento de 40%, quase 50% das matrículas nas escolas secundárias do Brasil. Fizemos programas de aceleração nas escolas primárias, e é por isso que agora estamos, também, mexendo no ensino profissionalizante. Não tenho que repetir o que disse o Ministro Paulo Renato para ampliar esta possibilidade de formação e de treinamento. E nesses programas, só no ensino profissionalizante queremos criar duzentas escolas. Tivemos aumento de 45% das vagas no curso secundário, 28% de aumento na matrícula nas universidades do Brasil em quatro anos.

Então, a estabilidade teve consequências positivas: permitiu divisar um horizonte, permitiu organizar um Orçamento; com muitas dificuldades, permitiu que houvesse continuidade nos programas que estão em marcha. Portanto, se hoje temos nas mãos maiores oportunidades, não vamos deixar que elas escorreguem pelas nossas mãos, nem pela demagogia, nem pela falta de firmeza ou pelo medo, pela incerteza do que possa acontecer. O que vai acontecer a nós, senão de bom, desde que façamos, com energia o que é necessário fazer? E que esse fazer não seja um fazer solitário, mas seja um fazer solidário, de todos os brasileiros. Esqueçamos, por um momento, as divergências de partido, que são

menores diante do contexto que temos de enfrentar. Esqueçamos, muitas vezes, ideologias, que já perderam sentido em face dos problemas novos que aí estão. Definamos uma pauta objetiva do que é possível fazer para que o Brasil continue avançando.

Hoje, confio, mais do que nunca, nos brasileiros e nas brasileiras, porque o Brasil, hoje, tem o que vocês representam: uma sociedade dinâmica. Ainda que o Estado e a política se percam no desvario, ainda que se percam em desvãos desnecessários – e não vão se perder –, a sociedade brasileira, hoje, é mais dinâmica, tem mais noção dos seus desafios e também tem mais noção da sua força, e há de ser capaz de avançar.

Vi, aqui, o nosso Presidente dizer que tem algumas sugestões a fazer. São sugestões construtivas. O trabalho que ele pede, aos domingos, é uma questão municipal. Mas o Ministro Dornelles terá a capacidade de colocar o que é necessário para que esse trabalho municipal seja realizado, esse acordo municipal seja realizado. Por que não vender remédios, quando eles são anódinos, nos supermercados se isso faz baixar o preço? Faremos com equilíbrio, porque temos que olhar a questão da mão-de-obra, temos que olhar o atendimento geral do País, as farmácias. Faremos com equilíbrio. Mas temos condições de atender, porque não são demandas de quem visa apenas ao lucro, são demandas de quem visa ao atendimento mais amplo da sociedade.

Precisamos fazer com que essa sociedade mais dinâmica seja melhor atendida. Precisamos, e podem contar com a nossa boa vontade nessa direção.

Mas podem ter certeza, sobretudo, porque isso é o necessário para o povo do Brasil, que o que nós queremos mesmo é encher os carrinhos de supermercados de comida. O que queremos mesmo é mais gente, não só nos supermercados, mas andando por esse Brasil em busca de qualidade, em busca de bem-estar. Para isso, precisamos não só de estabilidade e de desenvolvimento, precisamos, também de tomar as medidas necessárias que levem – como estamos fazendo com a baixa dos juros e como espero que se façam nos convênios coletivos que vão ser firmados daqui para frente – a reequilibrar a distribuição entre lucros e

salários e a fazer com que os salários sejam menos curtos para a imensa maioria da população.

Há momentos em que o Governo tem a energia necessária para saber que não é possível soltar. É preciso, efetivamente, de controle até mesmo salarial. Mas há momentos, quando se divisa já um horizonte de maior ânimo e mais desanuviado, que dependem de que a sociedade entenda que, sem melhor distribuição de renda, sem algo mais no bolso, não haverá nada mais no estômago. E sem nada mais no estômago não haverá negócios, não haverá desenvolvimento. Por isso, devemos ser solidários. Por isso, nós podemos e devemos dar as mãos uns aos outros, porque o benefício de uns não é em detrimento dos outros – é em proveito de todos.

Vim aqui para dar esse testemunho de entusiasmo pelo trabalho de vocês e de minha crença inabalável de que o Brasil vai conseguir seus objetivos. Juntos, faremos esta nação cada vez mais próspera e feliz.